

A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidades violentas¹

Mari Nilza Ferrari de Barros*
Vera Lúcia Tieko Suguihiro**

Resumo

A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno social que atravessa as fronteiras de classe, credo, raça ou cultura e tem sido objeto de estudo de vários profissionais e instituições que trabalham com esta temática. A Universidade Estadual de Londrina, através dos Departamentos de Serviço Social, Direito, Comunicação Social e Psicologia Social e Institucional, vem realizando um trabalho em parceria com os três Conselhos Tutelares do Município a fim de atender os casos de violência praticada contra a criança e o adolescente. A violência não é um mero retrato de uma realidade externa, isolada e impenetrável, mas revela uma relação que atinge violentador e violentado, explicitando as conseqüências de tais práticas. As ações envolvendo diferentes áreas do conhecimento permitem ampliar a compreensão do fenômeno, bem como o delineamento de estratégias de intervenção no âmbito da prevenção, disseminando informações que sensibilizem os diferentes segmentos da sociedade civil organizada. A integração de saberes na forma de Grupo de Trabalho Interdisciplinar redimensiona o fenômeno da violência na sua extensão e complexidade instalando o compromisso político e a responsabilidade social em todos os seus integrantes.

Palavras-chave: Violência. Interdisciplinaridade. Inclusão social. Criança e adolescente. Direitos humanos.

Abstract

The violence against children and adolescents is a social phenomenon that crosses the borders of economical and social position, faith, race or culture, and it has been the object of study of several professionals and institutions that work with this subject. Through the departments of Social Work, Law, Social Communication and Social and Institutional Psychology, Londrina's State University is accomplishing a work in partnership with the three Guardian Counsel of the city in order to assist the cases of violence committed against the child and the adolescent. The violence is not a mere picture of an external reality, isolated and impenetrable, but it reveals a relation that reaches violator and violated, explicating the consequences of such practice. The actions involving different areas of knowledge allows an amplification the comprehension of this phenomenon, as well as the drawing of the strategies of intervention for prevention, spreading information to touch different segments of the organized civil society. The integration of knowledge in the way of the Group of Inter-Science Work resizes the phenomenon of the violence in its extension and complexion, installing the political commitment and social responsibility in all its participants.

¹ Este texto foi elaborado com a participação das alunas: Berenice de Fátima Martins Veiga, Janaína Albuquerque de Camargo, Lívia Lumiko Suguihiro, Loren Pelik Kempe, Miriam Lumiko Hoshiba, Valdirene Campos e Vilma A. de O. Torrezani (Serviço Social); Heloisa P. Ortega, e Mariana Prioli Cordeiro (Psicologia).

* Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina – PR e coordenadora do Projeto de Extensão *Ação Interdisciplinar no Combate à Violência Contra a Criança e o Adolescente*.

** Docente do Departamento de Serviço Social e coordenadora do *Projeto de Pesquisa Integrado de Reordenamento Político, Jurídico e Administrativo do Estado no Âmbito da Criança, do Adolescente e da Assistência Social – CNPq*.

O tema da violência se confunde com a história dos homens desde os seus primórdios (Chesnais, 1981) e atinge a todos, independentemente da classe social, cultura, raça e religião a que o sujeito pertence. É de fundamental importância entender o fenômeno da violência em sua perspectiva transversal, de modo a enriquecer seu conteúdo (social, econômico, político, ético, cultural, jurídico) para melhor decifrá-lo, na medida em que se expressa de modo multifacetado.

O desvelamento dessa realidade, no entanto, não se faz de maneira imediata. Exige, ao contrário, uma investigação permanente e um olhar crítico dos profissionais comprometidos com a compreensão e intervenção sobre as situações de violência vivenciadas pelos diferentes segmentos da sociedade.

Quando a problemática da violência envolve o cotidiano da criança e do adolescente, o desconforto coletivo torna-se inaceitável.

As práticas violentas contra crianças e adolescentes, na esfera familiar, vêm perdendo a delimitação de espaço privado. Contextualizada, até então, como problema doméstico, tem adquirido maior visibilidade na esfera pública, à medida que as crianças são representadas, pela sociedade e pelo Estado como sujeitos portadores de direitos.

A violência intrafamiliar resulta, em parte, da violência social que se manifesta no interior da sociedade, expondo na intimidade, questões que afetam diferentes indivíduos e grupos sociais e, via de regra, são ocultadas enquanto fenômeno social. O surgimento da violência no interior da família transfere o problema e a responsabilidade para esse grupo, eximindo as pessoas de se debruçarem sobre a questão. Diante da violência, a insegurança e o medo tomam conta dos cidadãos. Perplexa, a sociedade, ora age com indignação, ora com conformismo.

De forma equivocada, as pessoas associam a violência com a ausência da educação familiar. É como se a família fosse a única responsável pelos acontecimentos e pela configuração do contexto histórico no qual a criança e o adolescente estão inseridos. A análise da violência intrafamiliar exige uma articulação da família com outros grupos sociais, instituições, comunidade e cultura que constituem a sociedade em um determinado momento histórico-social. É preciso reconhecer a sociedade enquanto produto humano e a compreensão da realidade só pode se dar a partir da dinâmica das relações humanas. O homem concreto se constitui inserido em sua realidade social e histórica, sendo esta anterior e exterior à história singular e condição para o desenvolvimento da subjetividade. O sujeito é, portanto, produto e produtor da sociedade (Berger, 1985).

A representação da família como instituição responsável pela socialização primária e local privado para o exercício da intimidade faz com que as normas defendidas por esse grupo adquiram uma independência em relação ao contexto social, de modo que os adultos sintam-se protegidos para exercer a violência interpretada como prática pedagógica.

Esta prática educativa institui a pedagogia da violência quando os pais argumentam que o *castigo* é um instrumento de correção. Os limites e os conteúdos do que é pedagógico e do que é excessivo torna-se de difícil diferenciação na nossa sociedade, posto que expressa uma avaliação pessoal e subjetiva, por parte daqueles que a empregam, impedindo questionamentos quanto a sua legitimidade e finalidade.

O autoritarismo do adulto sobre as crianças legitima a hierarquia e reforça a imagem da criança como um ser que necessita ser *moldado* para atender as expectativas sociais. Impor limites é uma meta perseguida por familiares, educadores, e por isso, qualquer meio empregado justifica essa finalidade. A interpretação corrente ao nível do universo consensual (Moscovici, 1978) corrobora o imaginário social da violência como expressão da autoridade, quando na verdade, o reconhecimento desta só se efetiva pelos atos que dela prescindem (Arendt, 1994).

A pedagogia da *palmada* transformou-se em *mania de bater* (Azevedo & Guerra, 2000), preservando a intimidade da família e reduzindo as possibilidades de intervenção precoce, o que auxilia na subnotificação dos casos de violência.

Essa atitude *educativa* associada à ideologia que sustenta ser a família um grupo inviolável

faz com que a sociedade se sinta distanciada e descompromissada para com a violência que ocorre no ambiente doméstico.

Sem pretender realizar uma retrospectiva histórica da família, é preciso reconhecer a idealização que a acompanhou durante muito tempo, uma sacralização cuja finalidade era a de assegurar a sua intimidade, ocultando, no seu interior, os acontecimentos, sobretudo aqueles que estavam associados a práticas de educação e criação de filhos (Priore, 1993; Ariés, 1990).

Assim, para compreender a lógica da violência no âmbito familiar é preciso entendê-la não como um mero retrato de uma realidade externa, independente, isolada e impenetrável, mas parte integrante de um ciclo no qual se incluem todas as pessoas que a praticam, bem como aqueles que sofrem seus efeitos. É um acontecimento que adentra em diferentes ambientes, grupos, classes sociais. As manifestações violentas não possuem um rosto definido, nem tampouco uma geografia própria; encontra-se disseminada no interior da sociedade, ultrapassa as barreiras de língua, credo, etnias. Está aqui e em qualquer outro lugar onde se identifique a presença do homem.

Para os conflitos produzidos e vivenciados pela sociedade em diferentes períodos históricos, foram encontradas *soluções*, empregando-se a violência e os álibis que a ela se associaram (Gay, 1995) para assegurar justificativas sobre fatos que ainda hoje não têm legitimidade (Arendt, 1994). A violência, como instrumento de resolução de conflito, conquista, assim, seu lugar, e passa a ser disseminada no entorno social como meio para se atingir uma finalidade.

O desconhecimento da população em geral, e de profissionais em particular, quanto às formas de violência, contribui para escamotear uma realidade, uma vez que somente a violência física tem uma materialidade, cuja visibilidade é facilmente apreendida, porquanto objetiva. Segundo Chesnais (1981), a violência física é a mais visível e a única que pode ser quantificada. As práticas familiares empregadas para a socialização das crianças, construídas socialmente, fundamentadas em uma “ética educativa” e transformadas em formas “naturais” impedem muitas vezes a sua apreensão e representação enquanto manifestações violentas.

A negligência no cuidado de crianças, os maus tratos e o abuso sexual constituem fenômenos, geralmente tratados como tabu. O fato de a pessoa que pratica tais atos se vincular diretamente àqueles sobre quem a violência incide, obrigando-a a manter um convívio diário com o violentador, provavelmente seja o motivo pelo qual essas atrocidades continuem secretas e impunes. Segundo Azevedo (1989), devido ao caráter sagrado dirigido à família, a sociedade tende a discriminar aqueles que revelam suas mazelas. Por outro lado, quando a sociedade institui a norma de sigilo e privacidade, exime-se das responsabilidades, ao mesmo tempo em que não reconhece práticas violentas em outros contextos sociais.

A violência e o abuso sexual, quando acontecem no contexto intrafamiliar, são revelados tardiamente, uma vez que a cumplicidade dos adultos envolvidos na relação cria um clima favorável para a ocultação. Via de regra, uma criança ou adolescente que sofre violência sexual convive com o problema por longo período de tempo, antes que possa ser revelado. As ameaças reiteradamente exercidas pelo violentador fragiliza a criança e/ou adolescente, pois se sentem incapazes de responder ao poder físico e emocional do adulto.

No contexto da relação conjugal, a mulher resiste aos sinais explícitos e implícitos de abuso, procurando com isso, manter o casamento e a relação afetiva com o parceiro. Desamparados, amedrontados e despreparados para lidar com estas situações, os violentados convivem, solitariamente com o problema. Muitas vezes, quando decidem revelar o abuso ou a violência sexual as crianças e adolescentes são desacreditados, instalando uma suspeita de que os relatos são fantasiosos e visam desestabilizar a relação entre o casal.

Outro tipo de violência praticada, mas não denunciada, está relacionada à questão de gênero, caracterizada como formas sutis de violência (Daza e Zuleta, 1997). A representação da criança/adolescente como um ser inferior, com atributos pontuados negativamente no interior do grupo familiar, vem sendo transmitida de uma geração para outra, como sendo própria da cultura familiar ou da cultura do grupo. A transformação desse processo social e educativo em condição

natural do grupo familiar impede o questionamento desse modelo, assegurando sua reprodução contínua. É comum encontrar nas narrativas de familiares a discriminação dos espaços destinados para meninos e meninas, quanto aos afazeres domésticos, reservando o espaço da rua para os meninos e as atividades de cuidado dos irmãos menores, limpeza e alimentação, para as meninas. A tolerância em relação aos comportamentos agressivos dos meninos encontra justificativa na realidade do mercado, cujo perfil do homem bem sucedido prescreve comportamentos de independência, competitividade, ousadia entre outros. A docilidade, compreensão, submissão são características a serem incorporadas pelas meninas, de forma a assegurar uma relação já bastante cristalizada, qual seja, a de subordinação em relação aos homens.

Ainda que se possa reconhecer as transformações ocorridas nas últimas décadas relacionadas a gênero (Oliveira, 1979), essas formas sutis de violência destinam espaços e papéis distintos para os sexos, *naturalizando* um processo que é fundamentalmente social.

Muitas vezes, essas diferentes formas de expressão da violência praticadas contra crianças e adolescentes adquirem uma face mais cruel, sobretudo porque os violentados, do ponto de vista físico e emocional, estão numa condição bem diferenciada: encontram-se em processo de desenvolvimento físico e psicológico, expressando uma assimetria em relação ao adulto, além de carregarem experiências afetivas escassas, o que dá pouca inteligibilidade à violência vivida por eles.

O impacto dessas experiências na constituição da subjetividade é intenso. Sabe-se da importância do afeto para a formação de vínculos (Bowlby, 1982) e de relações duradouras, bem como para a construção de modelos sociais que ofereçam condições para a expressão de relações afetivas. A ambigüidade que se instala nas relações entre adultos e crianças, em razão da violência empregada, é difícil de ser superada pela falta de inteligibilidade contida nessas situações. A contradição vivida combina amor e ódio, proteção e insegurança, resultando em fragilidade emocional, desconfiança, desamparo e uma representação de si acentuadamente negativa.

A superação da violência exige um compromisso de todos, desde aqueles que estão diretamente envolvidos na relação, até os que compõem a realidade social, pois a indignação para com o sofrimento (Adorno, 1993) deve se transformar em práticas sociais que possam transformar essa realidade.

Para instituir uma prática voltada para a (re)construção da vida dessas crianças e adolescente, é necessária a apropriação de um conceito capaz de caracterizar a situação de violência a partir da condição de violentados e do contexto que a produz, ultrapassando as discussões que denominam aqueles sobre os quais a violência recai, como vítimas.

Azevedo (1989) e Passeti (1999) são dois autores que desqualificam o termo *vítima* para designar crianças e adolescentes em situação de violência. Azevedo lança mão do termo *vitimizadas*, enquanto Passeti (1999) utiliza *violentados* e, ambos argumentam ser o termo vítima inadequado para compreender a violência cometida contra crianças.

Azevedo faz uma distinção entre o processo de vitimação e o de vitimização, entendendo que o primeiro é resultante de um mal estar causado pelas atrocidades cometidas contra milhares de crianças abandonadas, onde a responsabilidade recai sobre entidades abstratas, como a sociedade ou o governo, não havendo o reconhecimento de um agente preciso. O perigo em empregar esse termo reside no fato de que o significado de vitimação atinge exclusivamente crianças onde as famílias são economicamente desfavorecidas, resultando em uma representação equivocada, pois sugere uma relação contingente entre pobreza e violência, acentuando os processos de estereótipos e preconceitos relacionados a esse segmento. Já no processo de vitimização não há fronteiras entre classes sociais, pois este obedece a um sistema de dominação e exploração. Essa segunda expressão alcança uma dimensão mais concreta, abrangendo as relações proximais da realidade da criança, detectadas principalmente em suas casas e escolas. A semelhança entre esses dois processos está na origem de ordem social onde as relações são permeadas pelo poder.

O termo adotado por Azevedo – vitimizado – incorre no erro de aludir a uma falsa noção de

estabilidade, pois o cristaliza, empregando o verbo no participípio, uma condição estanque, remetendo ao passado, sobre o qual não é possível interferência. De outro lado, poder-se-ia pensar que vitimizado, aparentemente, parece ser o termo mais adequado quando se analisa a violência não como um desajuste, mas como um processo de caráter transferencial da prática que resulta em um violentador que antes fora violentado. Todavia, ainda assim, tal interpretação privilegia a passividade do homem quanto aos acontecimentos de sua história pregressa, impedindo-o, nessa perspectiva, de intervir no seu presente e devir. Alimenta-se ainda uma imagem em que o sofrimento vivido pelo *outro* suscita o sentimento de piedade, fomentando ações assistencialistas.

Confrontando-se essas duas classificações, pode-se notar que a de Passeti se mostra mais apropriada, porque o sentido do termo invoca o dinamismo da violência enquanto processo. Violentador, conjugado no infinitivo só pode ser utilizado no cerne da relação que se instala entre aquele que emprega a violência e sobre aquele ao qual ela incide, abarcando, nessa concepção, o homem como ser ativo, social e histórico e a intervenção possível.

O violentador adota a prática da violência em função das condições objetivas de vida. Desamparado pela sociedade e familiares, sente e se ressentido das asperezas do cotidiano, pois enfrenta diariamente dificuldades, precariedades e desigualdades sociais.

O fenômeno da acumulação capitalista, bem como o da má distribuição de renda estimula o abandono material de crianças, portanto há, em nível social, a produção de diferentes formas de exclusão social. O contexto da exclusão se manifesta por meio da realidade de um grande número de crianças excluídas pela fome, pela falta de abrigo ou habitação precária, pela falta de escola, pelo sentimento de desfiliação, pelo desamor familiar, além de outras situações como a exposição de crianças às doenças infecto-contagiosas, a exploração do trabalho e prostituição infantil. Esses aspectos compõem o quadro de vulnerabilidade social de crianças e adolescente.

Sem pretender aprofundar na discussão da exclusão social, cabe lembrar a análise de Zaluar (1997/2003) quando aponta que as discussões atuais sobre exclusão social incluem, nos debates, questões sobre classes sociais, mercado informal, criminalidade, sem, contudo haver uma abordagem que explicita os conceitos presentes. Reconhece ainda o fenômeno da exclusão vinculado às dimensões econômicas, políticas e sociais, tendo como referências a cidadania, a inserção social, as fronteiras entre grupos e as classificações decorrentes de tal processo.

Buscando desfazer equívocos, Zaluar analisa o termo exclusão social sob duas ordens de problemas: conceitual e prático-política. A análise da exclusão pressupõe relações entre indivíduos pertencentes a grupos sociais distintos.

A identidade, seja de um grupo, de uma comunidade, cria formas de exclusão, pois explicitam relações de um grupo com outros grupos sociais. Os processos de identificação intragrupos envolvem o pertencimento, cumplicidade e reconhecimento entre os integrantes, discriminando os aspectos comuns que compartilham em um contexto de diversidade singular e social (Jodelet, 1998). Na relação entre grupos as diferenças ganham maior proeminência e valor, o que resulta em exclusão. A especificidade do grupo cria exclusão por processos e critérios diferentes, segundo Zaluar “[...] tendo maior ou menor flexibilidade, fronteiras mais ou menos fluidas, além de laços ou relações entre seus membros de natureza bastante diversas” (p. 2).

Um aspecto interessante na abordagem dessa autora refere-se à exclusão como manifestação da injustiça (distributiva) e esta “[...] se revela quando pessoas são sistematicamente excluídas dos serviços, benesses e garantias oferecidas ou asseguradas pelo Estado, pensadas em geral, como direitos de cidadania” (Zaluar, 1997/2003, p. 3). Associada a essa questão vem a discussão desenvolvida pelo Movimento Antiutilitarista dos Cientistas Sociais na França (apud Zaluar, 1997) que procura retratar os caminhos da reconstrução do tecido social, ou do laço social (Farrigia, 1993, apud Zaluar, 1997), buscando novas formas de reciprocidade para as convivências sociais. Esse novo contrato de civilidade, ainda de acordo com Zaluar (ibidem, p. 3) é um contrato de “[...] cada um com todos os que fazem parte da comunidade nacional” e justificaria as novas formas de legitimidade que ressaltam o caráter nacional do Estado (segundo Habermas e Ricoeur), no qual a

violência exercida deve ser limitada, controlada e justificada, criando novas formas de solidariedade nas quais o Estado seria também o catalisador de inúmeros circuitos de reciprocidade e solidariedade que necessitam de definição. Trata-se da superposição entre Estado Providência e Estado Nação.

Buscando diferenciar as questões sociais da exclusão presentes na contemporaneidade, Zaluar aponta para as transformações na organização social, levando a rápidas mudanças na organização familiar, nas relações sexuais e, especialmente, nos valores associados ao trabalho, agora traduzidos por valores de consumo, provocando uma “anomia social difusa” (Zaluar, 1997, p. 17). Essa indiferenciação que marca a modernidade também é discutida por Sennett (1994), quando analisa o esvaziamento da subjetividade e a psicologização da sociedade. Nesse contexto, a relação entre exclusão social e questões sociais adquire novos contornos.

Falar dessa confusão de valores e regras de conduta ao mesmo tempo que da fraqueza institucional não significa ignorar a pobreza. No entanto, nesse novo cenário, a pobreza adquire novos significados, novos problemas e novas divisões. A privação não é apenas de bens materiais, até porque muitos deles têm mais importância simbólica de afirmação da posição hierárquica ou de identidade através de estilo do que necessidade para a sobrevivência física (Zaluar, *ibidem*, p. 17).

A análise de Zaluar é semelhante às discussões que tratam da vulnerabilidade social (Abramovay et al., 2002), mostrando o desequilíbrio entre as necessidades materiais e simbólicas e as oportunidades oferecidas pelo Estado e o mercado, expondo mais prontamente determinados segmentos sociais.

Esse distanciamento entre necessidades e oportunidades revela a face violentadora do Estado e da própria sociedade, já que a luta agora se trava na relação entre o indivíduo e o entorno social. Mergulhado em si mesmo, o homem não consegue perceber o outro, perdendo-se na imensidão da vida social. O individualismo defendido pela filosofia neo-liberal, ou o narcisismo de que fala Lasch (1991) institui uma busca interminável e fracassada do homem, já que a ansiedade assegura a insatisfação consigo mesmo e com os outros (Sennett, 1988).

Nesse mundo de seres indiferenciados, nessa realidade de anomia social, como compreender a violência dirigida a crianças e adolescentes?

Paseti (1997) reitera que os conflitos familiares, materializados nas práticas violentas de pais contra filhos, é antes consequência direta da violência cometida pelo Estado. Logo, a criança está exposta a mais de um agente soberano e autoritário, além daqueles encontrados na família.

O Estado pode ser entendido como violentador, a partir do momento em que não responde às situações de desemprego, carência, abandono e falta de escolaridade. Deste modo, não cumpre a responsabilidade que atribui a si como tutor da família, permitindo ou legitimando as práticas de negligência e abandono, em vez de suprimi-las.

O fracasso do Estado se manifesta na ausência de instrumentos adequados para garantir à família meios para oferecer aos filhos educação, saúde, respeito, moradia adequada, enfim, uma existência digna. A legitimação da violência, cometida tanto pelo Estado, como pela família resultará na formação de um adulto que tem impregnado em si uma violência legitimada, de modo a reproduzir esta situação, criando-se um ciclo interminável.

A perspectiva apontada pelos autores que discutem o fenômeno da violência está na necessidade de detectá-la em um âmbito maior, onde se considera a realidade social como objetivação e os sentidos construídos por essa realidade encontram-se internalizados de tal forma que a violência que se reproduz ao longo das gerações.

Vale lembrar ainda a discussão desenvolvida por Arendt (1994) acerca da violência quando destaca o caráter instrumental da mesma. Nesse sentido, o significado do ato violento é uma

metalinguagem que exige decifração. O desvelamento dos sentidos contidos nos gestos violentos deve, portanto, ser buscado na finalidade de tais atos. Nietzsche (1987) contribui, acrescentando ao debate o ressentimento presente naquele que pratica a violência. Ao fazer uma comparação com a relação credor-devedor, esse autor compreende que o homem pode, em uma ação reativa, produzir o sofrimento no outro, como maneira de se ressarcir de uma promessa não cumprida. Essa perspectiva adotada por Nietzsche auxilia a compreender o fenômeno da violência, na perspectiva do violentador. Os sentimentos presentes no ato violento, enquanto processo relacional, devem ser analisados a partir da discussão realizada por Espinosa (1973) quando trata das afecções. Para Espinosa há três afecções básicas: o desejo, a alegria e a tristeza, das quais derivam as demais afecções como o medo, a esperança, a felicidade ou o ressentimento. A esperança, para Espinosa “[...] é uma alegria instável, nascida da idéia de uma coisa futura ou passada, de cujo desenlace duvidamos em certa medida” (p. 59). Já “o medo é uma tristeza instável, nascida da idéia de uma coisa futura ou passada, de cujo desenlace duvidamos em certa medida” (p. 59). Daí que não há esperança sem medo, nem medo sem esperança. Esses são os sentimentos mais presentes em uma relação marcada pela violência. Compreender esse processo exige investigação.

Investigar uma realidade social é sempre um desafio que exige uma disposição do profissional e habilidade para lidar com os imprevistos e adversidades. Quando a metodologia é de pesquisa-ação os cuidados devem ser redobrados. Toda realidade social deve ser compreendida como uma totalidade que envolve múltiplas dimensões e facetas. Investigar a vida cotidiana de um bairro ou de famílias requer sensibilidade do profissional, capacidade para desenvolver vínculos por meio dos quais as relações se darão e competência para discriminar o aparente do essencial. Por outro lado, a investigação de fenômenos da realidade social, numa perspectiva da metodologia-ação, considera os integrantes da realidade a ser investigada sujeitos e atores sociais fundamentais para a captação do fenômeno a ser investigado. Toda pesquisa de campo demanda tempo e, considerando a temática da violência, o tempo deve ser redimensionado. De um lado sabe-se que tratar da violência na vida cotidiana é uma questão que constrange e humilha os violentados. Expressar essa violência para um estranho (profissional) é mais difícil ainda. Por outro lado, o medo e a ameaça criam a ditadura do silêncio, dificultando muitas vezes o levantamento de dados. Além disso, é preciso considerar que a família e a comunidade têm uma dinâmica própria e, a inserção nessa realidade social deve ser feita sem pressa, respeitando-se o movimento peculiar da comunidade. Um outro aspecto merece ser lembrado: a desconfiança que muitas pessoas têm do profissional que busca interferir neste contexto de privacidade familiar.

Conhecer a situação de violência vai exigir dos profissionais a fotografia particular e instantânea da vida social da população em situação de violência, de modo a contribuir na constituição de sua realidade cotidiana.

Essa foto pode ser ampliada ou reduzida, colorida ou esmaecida, com efeitos de animação ou paralisada, dependendo do preparo teórico-metodológico do profissional e, principalmente, da compreensão ético-política que tem de sua prática (Pavez e Oliveira, 2002, p. 88).

Isto significa ir além do fato constituído; superar práticas mecanicamente conduzidas, repetitivas e burocráticas, com a única preocupação de preencher prontuário; sem que “[...] nenhuma inquietação intelectual se apresente e permaneça” (Pavez e Oliveira, 2002, p. 88). Na relação do profissional com a população, a entrevista “[...] tem por objetivo produzir novos conhecimentos sobre a questão, motivo a mais para que a escuta seja atenta e cuidadosa, pouco apressada, de forma que o próprio entrevistado também possa ouvir sua própria fala, desencadeando um processo reflexivo, este sim produtor de conhecimentos” (Pavez e Oliveira, 2002, p. 88).

Assim, o profissional que não for capaz de captar essa realidade como uma realidade que expressa a dimensão totalizante da vida social dos sujeitos e permanecer insensível ao seu

sofrimento, está fadado a trabalhar com os fatos caóticos da realidade, sem qualquer possibilidade de intervir na reconstrução de vidas destruídas.

É preciso assegurar um treinamento intenso e consistente para que os representantes de diferentes áreas de conhecimento tenham uma postura adequada, inserindo-os na comunidade de maneira a alcançar os objetivos pretendidos. Aliado a isso, a intervenção tem a responsabilidade de evitar pré-conceitos ou juízos de valor por parte de uma equipe interdisciplinar, de modo a assegurar ao mesmo tempo o envolvimento e o distanciamento necessários. Uma postura ética deve integrar o processo de capacitação dos profissionais, articulando conteúdo, direcionalidade e finalidade da intervenção.

A interdisciplinaridade é um instrumento poderoso que permite intervir na realidade social, sobretudo porque diferentes campos do conhecimento se articulam, tendo o mesmo objeto de investigação: fenômenos da realidade. Todavia, no âmbito da pesquisa e extensão, são incipientes os projetos com essa característica. Além disso, os conteúdos pedagógicos das disciplinas aparecem para os alunos como temáticas que não se encontram nunca enquanto meio de atividade profissional. A relação entre conhecimento e realidade social, teoria e intervenção surgem como possibilidade remota. A dissociação entre conhecimento de uma mesma ciência acentua as rupturas cristalizadas no interior da academia.

As especialidades do saber, tal como aponta Demo (1997), construiu o isolamento do cientista social e do próprio conhecimento. Solitário, o cientista, via de regra, só se revela competente para investigar, mediante os recortes que efetua da realidade, orientado pelos conceitos e pressuposições de seu campo de conhecimento. Romper com esse paradigma exige o compromisso e envolvimento, princípios essenciais para a realização de uma investigação, pois revela o comprometimento com o fenômeno a ser pesquisado. O envolvimento expressa o grau de implicação com a temática, ou seja, de que maneira o fenômeno social afeta ao cientista e outras pessoas do entorno social. Dessa maneira, o campo de investigação das ciências humanas e sociais é a realidade, seja como acontecimento passado, situações do presente ou do devir. É sobre essa realidade que a compreensão e a interpretação precisam ser construídas.

Existe uma realidade cruel em que crianças e jovens do mundo inteiro são objetos de violência dos adultos, independentemente de classe social, condição econômica, escolaridade, religiosidade, raça e, quando se trata da violência infanto-juvenil, os registros revelam-se ainda mais frágeis uma vez que a denúncia, na maior parte dos casos, depende do adulto. Por isso mesmo, a violência é oculta e subnotificada.

Com a preocupação de levantar dados sobre a questão da violência praticada contra crianças e adolescentes na cidade de Londrina (PR) foram pesquisados os casos registrados no Conselho Tutelar e no Instituto Médico Legal (IML) no período de 1999 a 2000.

Os laudos investigados no IML, nesse período, totalizam 3013, sendo que 19% eram referentes a crianças e adolescentes, representando 573 casos.

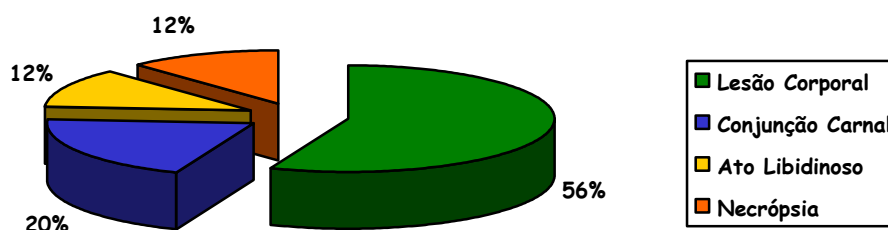
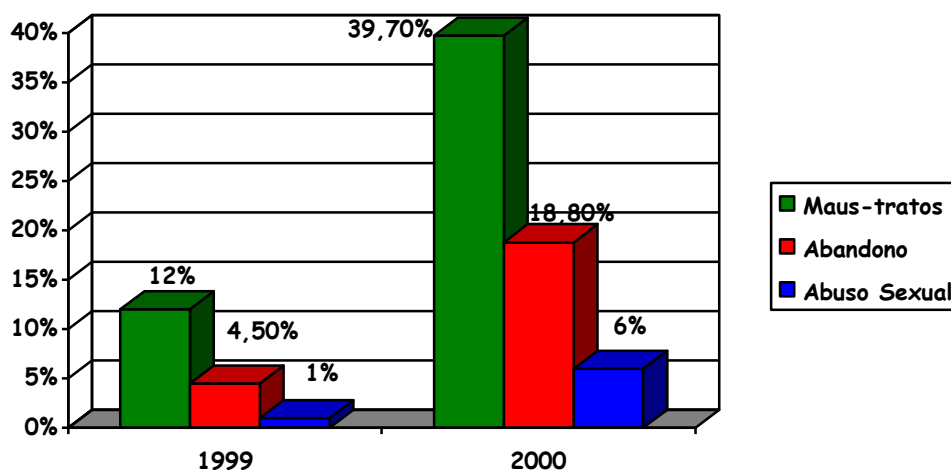


Gráfico 1 Tipos de violência - IML (1999)

O gráfico acima revela ser a lesão corporal a mais encontrada em crianças e adolescentes, seguida por conjunção carnal.

No Conselho Tutelar, os casos de violência somaram 1735 apurados, referentes ao ano de 1999. No primeiro semestre de 2000, foram encontrados 1197 boletins de atendimento, dos quais 330 eram referentes à violência contra crianças e adolescentes. Segundo o mapeamento realizado, os pais são os principais agentes dos atos violentos (58,48%), seguidos pela Polícia Militar (7,57%).

Gráfico 2 Tipos de violência - Conselho Tutelar (1999/2000)



A prática de maus tratos é a mais empregada pelos adultos, seguida de abandono e abuso sexual. É interessante notar o crescimento das denúncias registradas no Conselho Tutelar no ano 2000 em relação às diferentes práticas violentas, com destaque especial para o crime de maus tratos.

Dos laudos de 1999 do IML, 17% confirma que o violentador encontra-se dentro de casa e no Conselho Tutelar esse número chega a 63%. Já no primeiro semestre de 2000, foram pesquisados 1668 laudos no IML, sendo que 388 (23%) são referentes a crianças e adolescentes violentados. Os dados assinalam que a violência praticada contra a criança não é claramente exposta, pois fica camuflada em razão de ser praticada pelos próprios pais. O silêncio acaba sendo uma arma na defesa do “bem estar da família”. Diante desse quadro, fica evidente o contexto violento como aspecto integrante do cotidiano de muitas crianças.

A pesquisa ainda revelou sobre a deficiência do trabalho do Conselho Tutelar no que se referia à organização e preservação de informações, através de registros e arquivos dos casos de violência. A ausência de registro minucioso, fidedigno e padronizado das ocorrências comprometia o adequado procedimento dos conselheiros no trato dessas situações. Essa situação contribuía para que a violência não fosse desvelada e discutida, reforçando em torno dela um circuito de segredo, silêncio e displicência, promovendo o ocultamento e distorção desse fenômeno na sociedade.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, a equipe criou o Projeto Ação Interdisciplinar no Combate à Violência praticada contra Crianças e Adolescentes, aprovado pelo CNPq, pela Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Coordenadoria de Extensão à Comunidade da

Universidade Estadual de Londrina, integrando, em suas ações, o ensino, a pesquisa e a extensão.

A equipe é formada pelas áreas de Serviço Social, Psicologia Social, Direito, Jornalismo e Relações Públicas, garantindo o princípio da interdisciplinaridade. O projeto conta com participação de oito professores e 40 estudantes, com apoio do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (EAAJ) da Universidade, e as ações se realizam em parceria com os Conselhos Tutelares do município de Londrina. São três Conselhos Tutelares em funcionamento, cada qual com cinco membros, atuando nas diferentes regiões da cidade.

A opção pela metodologia da investigação-ação se deu pelo fato da mesma constituir em uma abordagem que permite o acúmulo de conhecimento, tanto de caráter da produção intelectual, quanto de intervenção técnica, política e ética, com a participação social dos segmentos envolvidos com a problemática da criança e adolescente da região norte do Paraná.

A investigação-ação busca compreender e explicitar o fenômeno da violência, por aproximações sucessivas, fundamentada em um conhecimento teórico, capaz de interpretar os dados e os fatos apreendidos no contexto imediato da intervenção.

Para atender a este desafio, ocorre a análise dos casos de violência praticada contra a criança e adolescente, a partir das demandas e necessidades cotidianas apresentadas pelos Conselhos Tutelares, mediante protocolo oficial, contendo informações sobre o histórico de violência da criança e/ou adolescente.

Os casos são discutidos no Grupo de Trabalho Interdisciplinar (GTI), com o objetivo de estudar e levantar, coletivamente, os procedimentos necessários para intervenção do problema, sem perder de vista a especificidade de cada área de atuação.

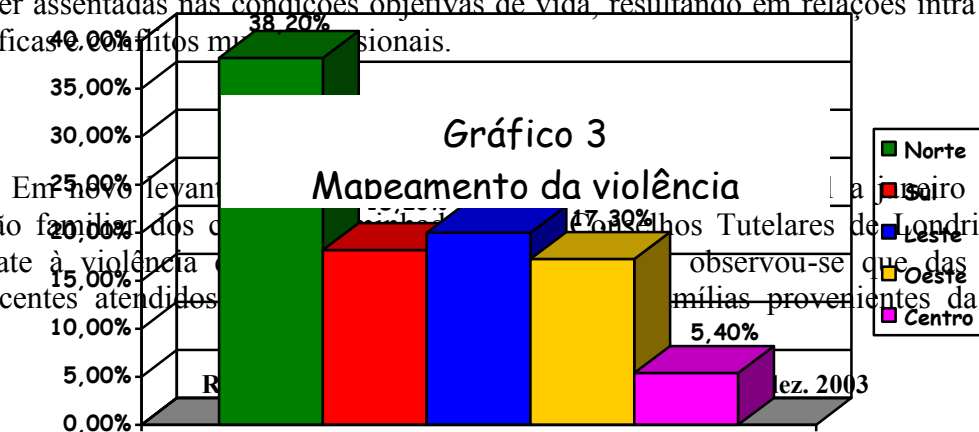
A passagem da situação singular para as questões mais complexas da totalidade social não se dá de forma imediata. É por meio da reflexão coletiva que se busca compreender as mediações necessárias para elucidar as situações concretas, tanto em seu movimento contraditório, quanto na viabilidade potencial de superação.

Assim, as reuniões semanais do GTI são planejadas de forma a garantir a discussão, análise e sistematização dos dados à luz de uma perspectiva teórica adotada, bem como, constituir-se no espaço empírico para o levantamento de dados, conhecimento e problematização das diferentes situações de violência que envolve crianças e adolescentes.

A participação de conselheiros tutelares neste processo de (re)construção e análise do problema tem possibilitado a ultrapassagem dos limites teóricos e metodológicos impostos aos Conselhos Tutelares, transformando em realidade a constituição de um espaço plural para o debate democrático do objeto de interesse coletivo: o combate à violência contra criança e adolescente. Quanto mais abrangentes e ricos forem o conhecimento e domínio dos Conselhos Tutelares, maior o controle sobre a política de atuação e mais efetividade e controle sobre as ações decorrentes da análise.

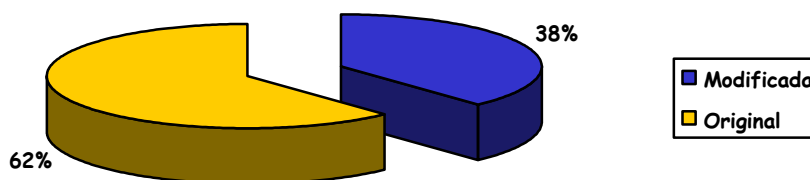
Entendendo que a família é uma instituição social historicamente determinada e, dialeticamente organizada, deve-se pensá-la numa perspectiva de mudança. As transformações societárias vêm provocando uma fragilização dos vínculos familiares e maior vulnerabilidade da família no contexto social, o que poderia revelar um processo acentuado de desfiliação. A configuração do grupo familiar, na atualidade, é diversificada, explicitando modos de ser e formas de viver assentadas nas condições objetivas de vida, resultando em relações intra e extrafamiliares específicas.

Em levantamento realizado em dezembro de 2003, sobre a situação familiar dos casos de violência contra crianças e adolescentes atendidos pelos Conselhos Tutelares de Londrina, observou-se que das 137 crianças ou adolescentes atendidos, 40,00% das famílias provenientes da região norte de Londrina, 38,20% das famílias do leste, 17,39% das famílias do oeste e 5,40% das famílias do centro.



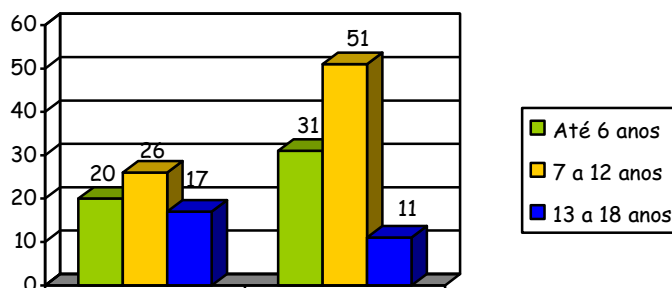
Londrina, 18,2% da região sul, 17,3% da região oeste, 20% da região leste, e somente 5,4% da região central. Há predomínio de famílias com cinco membros, representando 27,5%. A região norte da cidade é a mais populosa, aparecendo ali os maiores índices de violência.

Gráfico 4
Tipos de família em situação de violência



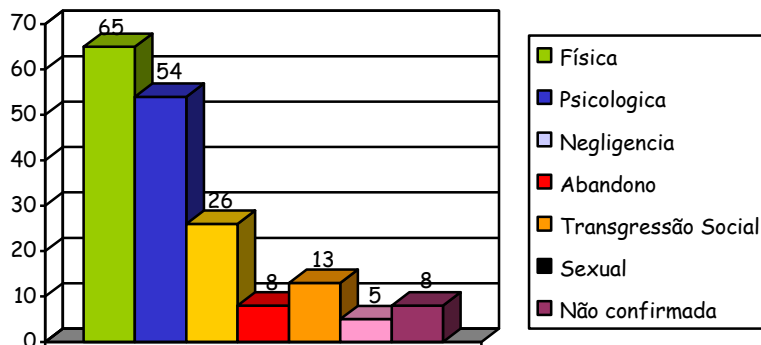
Constatou-se que 38% das famílias são modificadas; destas, 86,8% foram recompostas pela figura do padrasto ou madrasta. Das 57 famílias originais, 31,5% são monoparentais, com predominância da mãe como chefe da casa e responsável pelo processo de socialização de seus filhos. Outra informação captada nas narrativas dos familiares e nos registros dos Conselhos Tutelares é a de que em 38,9% dos casos, a principal violentadora é a mãe. Além disso, observou-se que a violência física aparece como o principal motivo de registro da denúncia no Conselho Tutelar em 80% dos casos.

Gráfico 5
Violência/faixa etária



Os 137 casos atendidos pela equipe da Universidade, 61,3% são do sexo masculino e 27

Gráfico 6
Tipos de violência



crianças têm idade até 6 anos; 38 com idade entre 7 e 11 anos; 19 adolescentes de 12 a 17 anos.

O gráfico 6 expressa os diferentes tipos de violência empregada pelos adultos, destacando-se a física e a negligência. É preciso lembrar, todavia, que a violência física não aparece desacompanhada da psicológica, embora as pessoas tenham dificuldade em identificar a segunda, posto que nela estão as práticas culturais. As transgressões se caracterizam pelo não cumprimento de regras e normas sociais por parte de crianças e adolescentes. Ao empregar a violência física, 64% dos pais alegam que “batem para educar, pois seus filhos são desobedientes”.

Dentre os delitos praticados, o de maior predominância foi o crime de maus tratos, representando 50% das ocorrências, 12,50% apresentam pedido de investigação de paternidade, pensão alimentícia e assentamento de registro de nascimento. As lesões corporais totalizam 16,74%, além das denúncias de injúria, atentado violento ao pudor, abandono material e moral.

Não se pode desconsiderar que a violência infantil atua na contramão das práticas de educação, e desenvolve traumas, muitas vezes irreversíveis na criança e no adolescente. A família é um grupo social a quem se atribui a função de socialização para o desenvolvimento de comportamentos sociais, regras morais, além de constituir-se em um espaço para a expressão da afetividade e segurança, sobretudo durante o período da infância e adolescência. A família, um ambiente que deveria ser marcado pela segurança, proteção e afeto, esconde no seu interior uma violência muitas vezes consentida pela convivência de seus integrantes ou mesmo por parte daqueles que vivem diariamente as práticas de coerção. Nesse sentido, o ambiente familiar torna-se um lugar em que as contradições se explicitam: no seu interior pode se encontrar carinho, atenção, segurança, mas também pode produzir medo, humilhação, desamparo, sofrimento, desesperança, ou seja, as práticas mais diversas de violência (Chesnais, 1981).

Superar o modelo cristalizado de família implica compreender as mudanças que vêm ocorrendo nas relações familiares, assim como analisar o processo de inserção da família na sociedade contemporânea.

A violência doméstica, quando constatada, pode ser denunciada pelo Ministério Público, pelo representante legal ou por qualquer pessoa que pretenda zelar pela segurança da criança e do

adolescente, requerendo-se a responsabilização penal e civil dos infratores, podendo acarretar a prisão destes e a suspensão ou destituição do pátrio poder.

Assim, conferir maior agilidade e legalidade no atendimento dos casos de violência, com a correspondente responsabilização e punição legal dos violentadores, proporciona à criança e ao adolescente as garantias necessárias para a concretização de seu *status* de sujeito de direitos, prestando-lhes proteção integral da Justiça e, principalmente, de seus familiares.

Com a preocupação de resgatar, no próprio movimento do atendimento dos casos de violência, as categorias particulares, empíricas, que dão significado ao fenômeno da violência, buscou-se superar a visão limitada e o imediatismo da situação, reconstruindo o objeto de intervenção, dando-lhe uma dimensão histórica.

O Grupo de Trabalho Interdisciplinar, mediante a realização de seminários, discute temas de interesse coletivo para subsidiar a reflexão-ação da equipe. Os seminários são organizados de modo a desenvolver o domínio teórico e a intervenção prático-política sobre a questão da violência, resultando dessas discussões novas sínteses que, compartilhada pela equipe, serve de base para um novo ponto de partida.

A relação entre os integrantes do Grupo de Trabalho Interdisciplinar é necessariamente horizontal, sendo respeitado o direito de cada um trazer seu “próprio passado e presente”, no sentido de não perder de vista a particularidade de cada trajetória.

As discussões colegiadas envolvendo os casos de violência buscam identificar formas de intervenção, por meio das quais a violência possa ser combatida e a prevenção se institua como prática cotidiana. Nesse sentido, as ações contemplam visitas domiciliares regulares para o monitoramento das situações de violência; constituição de grupos de intervenção psicossocial, congregando crianças, adolescentes e familiares adultos; reuniões periódicas entre a equipe da Universidade e representantes dos poderes públicos locais como Conselhos Tutelares e Promotoria da Infância e Juventude para dar os encaminhamentos jurídicos necessários; intercâmbio permanente com as instituições da rede pública e privada do município para articular ações e estratégias de proteção às crianças e adolescentes, evitando a fragmentação e sobreposição das intervenções.

As experiências desenvolvidas pela equipe interdisciplinar e o conhecimento construído nesse processo revelam uma realidade na qual a insegurança e o medo tomam conta dos cidadãos. A sociedade transfere para o poder executivo, legislativo ou judiciário as exigências de uma intervenção, reduzindo, dessa forma, a responsabilidade que é de todos.

A sensibilização dos diferentes setores da sociedade civil organizada é um desafio que está posto, exigindo dos pesquisadores novas estratégias para desenvolver o compromisso e a solidariedade como pressupostos para a conquista da cidadania.

Para isso, o processo de construção e reconstrução de conceitos e práticas na perspectiva da investigação-ação é condição, e os resultados alcançados devem ser sempre considerados provisórios, ou seja, a eles vão sendo incorporadas novas reflexões, que permitem ampliar o horizonte do conhecimento e a capacidade de interpretação da realidade, instituindo um movimento permanente, no qual os conteúdos da vida cotidiana sejam o ponto de partida para um devir sem violência.

Referências

ABRAMOVAY, M. et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ADORNO, T. *Mínima moralia*. São Paulo: Ática, 1993.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. São Paulo: Relume-Dumará, 1994.

———. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

- ARIÉS, P.; DUBY, G. *História da vida privada*. VEYNE, Paul (org.). v. 1 – Do Império ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.
- . *Mania de bater*. São Paulo: Iglu, 2000.
- BERGER, P. *O dossel sagrado*. São Paulo: Paulinas, 1985. (p. 15-41).
- BOWLBY, J. *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- CHESNAIS, J. C. *Histoire de la violence*. Paris: Éditions Roberto Laffont, 1981.
- DAZA, G.; ZULETA, M. *Maquinaciones sutiles de la violencia*. Santa Fé de Bogotá: Siglo del Hombre, 1997.
- DEMO, P. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- ESTEVES, A. J. A investigação-ação. In: *Metodologia das ciências sociais*. Porto, Portugal: Afrontamento, 1986. (Biblioteca das Ciências do Homem)
- ESPINOSA, B. Afecções. In: *Ética*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. ((Os Pensadores))
- GAY, P. *O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. v. 3.
- JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrando o outro – para um entendimento da alteridade na Teoria das representações sociais. In: ARRUDA, Ângela (org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. (p. 69-82).
- JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (org.). *Representando a alteridade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (p. 47-68).
- KOSIK, K.. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração: a família, santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo, Ática, 1989.
- MOSCOVICI, S. *A representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: um escrito polêmico*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, R. D. *O elogio da diferença: o feminino emergente*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PASSETI, E. *Violentados – crianças, adolescentes e justiça*. 2. ed. São Paulo: Imaginário, 1997.
- PAVEZ G. A.; OLIVEIRA, I. M. C. Vidas nuas, mortes banais: nova pauta de trabalho para os assistentes sociais. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo; Cortez, n. 70, 2002.
- PRIORE, M. D. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Brasília: EdUnB; Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.

VÁZQUEZ, A.S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 35, Paulo, 1997. <www.scielo.org.texto>. Acesso em: 27 set. 2003.